

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 07/2016 DE 15 DE ABRIL

----- Aos **quinze** dias do mês de **abril** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a sétima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência, e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita registada em catorze de abril de 2016, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Limpeza das bermas da EN 225.** -----

----- A Sr.^a Vereadora Substituta Eliana Soares enalteceu a forma como foram realizados os trabalhos de limpeza das bermas da EN 225 pelos serviços municipais, que em muito favorecem a beleza paisagística daquele percurso para a vila de Vila Cova à Coelheira e a nível da própria segurança. Espera que seja dado seguimento a este tipo de iniciativas. -----

----- O Sr. Presidente agradeceu as palavras da Sr.^a Vereadora Substituta, frisando que a Câmara Municipal e o seu Presidente estão atentos às necessidades das populações. -----

----- **b) Desfile de Carnaval – Reagendamento para 20 de agosto – Subsídio.** ----

----- A mesma Sr.^a Vereadora Liliana Soares referiu o facto de quinda não ter sido pago à Associação “Unidos de Vila Cova à Coelheira” o subsídio atribuído pela Câmara Municipal para o desfile de Carnaval, entretanto reagendado para o dia 20 de agosto devido às condições climatéricas que se fizeram sentir no período de carnaval.

----- O Sr. Presidente informou que vai verificar a situação. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 01 de Abril de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata em epígrafe.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de Alhais** – Por ofício registado em 07 de abril de 2016 dão conhecimento do Plano de Atividades do grupo no qual está prevista a realização do III Festival de Folclore no dia 13 de agosto e solicitam apoio financeiro para o efeito. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros a processar em meados do mês de agosto de 2016. -

----- **b) Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva** – Por ofício registado em 24 de março solicitam apoio financeiro para a visita de estudo dos alunos do 4.º ano do 1.º CEB, ao Sea Life e ao World of Discoveries, na cidade do Porto.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar o apoio municipal à iniciativa do Agrupamento de Escolas, traduzido num apoio pecuniário no montante de trezentos a processar em meados do mês de maio.-----

----- **c) Concurso de Ideias Municipal, iniciativa da CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões** - Atribuição de prémios monetários aos três primeiros lugares- Informação N.º 4/SEC/GS/16, de 04 abril, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade aderir à iniciativa da CIMVDL e autorizar a concessão de três prémios monetários no valor total de trezentos euros, a atribuir aos melhores projetos de alunos

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva, a processar no próximo mês de maio. -----

----- **d) Conhecimento da 3.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 3.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 01 de abril de 2016, no uso de competência delegada.

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **e) Apreciação e aprovação, em proposta, da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) e ao Orçamento do exercício de 2016.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta da 2.ª Revisão às GOP e ao Orçamento, que aqui se dão por reproduzidas e ficam a fazer parte integrante da presente ata cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de atas das reuniões camarárias. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar, em proposta, a revisão apresentada, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- **f) Participação do Município de Vila Nova de Paiva na Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, de Belmonte, na qualidade de associado titular** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 5 de abril de 2016. -----

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. No âmbito do Programa Conservação e Revitalização do Património Cultural e Natural, o denominado projeto Rotas Sefarad: Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturais, apresentado pela Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, foi financiado através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) aplicável a Portugal, dos European Economic Area Grants (EEA Grants) para o período de 2009-2014, conforme Memorando de Entendimento celebrado entre os países doadores (Noruega, Islândia e o Listenstaine) e o Estado Português, nos termos do qual foi atribuído um apoio de âmbito nacional para o referido Programa, visando a salvaguarda do património natural e cultural para as gerações futuras, sua conservação e promoção do acesso público, sendo designado como Operador do Programa a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), através Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC).

2. Em 27 de junho de 2014, na qualidade de “Operador do Programa”, a DRCC celebrou com a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, um contrato definidor dos termos e das condições de execução e financiamento do referido projeto, conferindo-lhe a qualidade de “Promotora do Projeto” e, por isso, esta terá que executá-lo cumprindo todos os deveres a que se obrigou perante o

Operador do Programa sendo que, para tanto, deverá celebrar com os parceiros do projeto Contratos de Parceria.

3. A Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, com sede em Belmonte, pessoa coletiva registada sob o número 509 801 811, doravante também designada por Associação, constituída em 17 de março de 2011, com alteração de Estatutos efetuada em 26 de agosto de 2013 e em 12 de agosto de 2015, conforme documentação extraída do Portal da Justiça (in <https://publicacoes.mj.pt/>), é uma associação de direito privado com caráter público, sem fins lucrativos, que prossegue os seguintes fins públicos conforme n.º 1 do art.º 4.º dos respetivos Estatutos na versão atual:

- i) Atuação conjunta na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica;*
- ii) Criação de políticas de intercâmbio de experiências entre municípios, protestando desta forma o conhecimento de culturas e tradições;*
- iii) Planificação e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística, que corresponde com os interesses dos membros da rede;*
- iv) Planificação de uma política cultural de acordo com os objetivos da rede;*
- v) Integração e reconhecimento da cultura Sefardita e do seu contributo histórico no panorama nacional.*

4. O Município de Vila Nova de Paiva, doravante também designado por Município, é um município com herança judaica, com profundas raízes nas comunidades da freguesia de Vila Cova à Coelheira, tendo para o efeito aderido como “Parceiro” ao referido Programa, com o projeto de “Recuperação da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, envolvendo a criação de um Centro de Memória Judaica”, por forma a explorar e dar a conhecer o Judaísmo e a História dos Judeus em Vila Cova à Coelheira, e consequentemente em Portugal.

5. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na reunião ordinária de 6 de fevereiro de 2015, e ao abrigo das alíneas r) e t) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificado pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterado pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho, foi celebrado com a Associação um Contrato de Parceria, outorgado em 16 de fevereiro de 2015, que define os termos e condições da parceria para implementação daquele

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

projeto, disponível no portal do Município (in www.cm-vnpaiva.pt), o qual deverá estar integralmente realizado até ao dia 30 de abril de 2016.

6. O projeto tem como objetivo principal uma atuação conjunta entre a Associação e o Município, na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica e que pretende conjugar a valorização histórica e patrimonial da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, com a promoção turística.

7. Tal finalidade e as demais que caracterizam o objeto social da Associação são de relevante interesse público local, estando estas atividades compreendidas no âmbito das atribuições dos municípios, visto que os órgãos autárquicos só podem deliberar no âmbito da sua competência e para a realização das atribuições cometidas às autarquias locais.

8. De acordo com o art.º 2.º do referido RJAL, constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º, ambos da mesma lei.

9. O património, a cultura e a promoção do desenvolvimento constituem domínios de atribuições expressamente previstos para os municípios conforme alíneas e) e m), do n.º 2, do artigo 23.º do RJAL.

10. A parceria firmada tem uma vigência de 5 anos após a cessação da intervenção; no entanto importa desde já promover uma colaboração estratégica com a Associação para melhor prossecução da defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica, conjugando a valorização histórica e patrimonial da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, com a promoção turística, em particular o turismo judaico.

11. Tal desiderato pode ser alcançado mediante a participação do Município na Associação como Associado Titular nos termos previstos no n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos da Associação, por um período, desde já, de 8 (oito) anos.

12. De harmonia com o disposto na alínea n), do n.º 1, do art.º 25.º do RJAL, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar sobre todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal.

13. O regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (doravante RJAEL), foi aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 53/2014, de 25 de agosto, e 69/2015, de 16 de julho, o qual estabelece no n.º

3 do seu art.º 1.º que, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, se rege pelo RJAEL designadamente a constituição ou a mera participação dos municípios em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, mais estipulando no n.º 1 do art.º 6.º que tais participações devem ser fundamentadas na melhor prossecução do interesse público, sendo os requisitos e procedimentos para a concretização da constituição ou participação nas referidas entidades regidos pelo art.º 56.º do mesmo regime jurídico.

14. Os entes constituídos ou participados referidos no número anterior devem prosseguir fins de relevante interesse público local, e a sua atividade deve compreender-se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes (n.º 1 do art.º 56.º do RJAEL), sendo que a constituição ou a participação estão sujeitas a visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato (n.º 2 do art.º 56.º do RJAEL).

15. Ao abrigo do n.º 1 do art.º 53.º do RJAEL, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º, nos municípios compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar relativamente à participação dos municípios em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa.

16. De acordo com o n.º 1 do art.º 9.º dos Estatutos da Associação, constituem deveres dos associados comparticipar nas despesas da Associação, mediante pagamento de uma quota regular, a fixar pela Assembleia Geral, e a comparticipar, proporcionalmente, em despesas ordinárias e extraordinárias, que vierem a ser aprovadas pela Assembleia Geral.

17. No passado dia 12 de janeiro de 2016 foi formalizada à Direção da Associação a intenção do Município participar na Associação, como Associado Titular ao abrigo do art.º 6.º dos Estatutos, e solicitada informação sobre as despesas a suportar pelo Município naquela qualidade, tendo a Associação informado em 24 de fevereiro de 2016 que há somente lugar ao pagamento da quota anual atualmente no montante de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), a cabimentar na rubrica orçamental 01.02./04.07.01.

18. Atualmente a Associação conta já com uma trintena de municípios associados, entre outras entidades, como sejam os organismos governamentais ligados ao turismo, entre os quais o Turismo do Centro, IP.

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, e n.º 1 do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º, ambos do RJAEL, delibere o seguinte:

1.º) Propor à Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva que ao abrigo da alínea n), do n.º 1, do artigo 25.º do RJAL, e n.º 1 do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º, ambos do RJAEL, autorize a participação do Município de Vila Nova de Paiva, em conformidade com os respetivos estatutos e a lei vigente, na Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, com sede em Belmonte, NIF 509 801 811, para admissão na qualidade de Associado Titular, desde já pelo período de 8 (oito) anos, visto:

i) Os fins públicos prosseguidos pela Associação elencados no n.º 1 do art.º 4.º dos Estatutos, são de relevante interesse público local, que na situação vertente, tem em vista uma atuação conjunta entre a Associação e o Município na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural relacionado com a herança judaica e que pretende conjugar a valorização histórica e patrimonial da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, com a promoção turística.

ii) Tais fins e atividades da Associação enquadram-se no âmbito das atribuições dos municípios, nomeadamente as previstas nas alíneas e) e m), do n.º 2, do art.º 23.º do RJAL;

iii) A participação do Município na Associação irá permitir uma melhor colaboração estratégica na promoção e dinamização do Centro de Memória Judaica, por forma a explorar e dar a conhecer o Judaísmo e a História dos Judeus em Vila Cova à Coelheira, e consequentemente em Portugal, conjugando a valorização histórica e patrimonial da antiga Sinagoga de Vila Cova à Coelheira com a promoção turística, em particular o turismo judaico.

2.º) Propor ao mesmo Órgão Deliberativo a aceitação, integral e sem reservas, dos Estatutos da Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, na versão atual, que se anexam à presente proposta dela fazendo parte integrante.

3.º) Propor ainda àquele Órgão Deliberativo que ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, autorize a realização dos encargos plurianuais com o pagamento à Associação da quota anual no montante atual de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), a processar pela rubrica orçamental 01.02/04.07.01.

4.º) Remeter o processo de participação do Município na Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad ao Tribunal de Contas para efeitos de visto

prévio, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 56.º do RJAEI, considerando-se definitiva a autorização de participação após obtido o visto favorável daquele Tribunal.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara de participação do Município na referida Associação, a submeter à apreciação e autorização da Assembleia Municipal, e para os demais efeitos legais.-----

----- g) Concessão de apoio financeiro no âmbito do financiamento da construção do Centro Cultural de Vila Cova à Coelheira – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 6 de abril de 2016. -----

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) A pedido conjunto da BANDA MUSICAL PROGRESSIVA DE VILA COVA À COELHEIRA, NIF 503 504 998, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, conforme consta do Despacho publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 61, de 13 de Março de 1992, do GRUPO CÉNICO, CULTURAL E RECREATIVO DE VILA COVA À COELHEIRA, NIF 501 697 454, e do SPORT CLUBE VILACOVENSE, NIF 502 546 760, associações sem fins lucrativos sediadas na vila e freguesia de Vila Cova à Coelheira, deste Município, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 7 de novembro de 2007, autorizou a atribuição de um subsídio no montante de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) para apoio ao financiamento da construção do Centro Cultural de Vila Cova à Coelheira, sito ao Lugar do Barreiro, 3650-120 Vila Cova à Coelheira, da iniciativa das referidas associações e que lhes serve de sede social, mediante algumas contrapartidas relativas à utilização das instalações por parte do Município.

b) O apoio concedido foi objeto de protocolo de cooperação celebrado entre as partes em 30 de abril de 2008, que caducou no passado mês de novembro de 2015.

c) Para completo cumprimento do compromisso financeiro assumido com a construção do Centro Cultural de Vila Cova à Coelheira, as referidas associações, por requerimento conjunto registado em 25 de janeiro de 2016, solicitaram novo apoio financeiro do Município, no mesmo montante do apoio inicial.

d) As associações em causa são instituições colaborantes com o Município, prosseguindo inalienável serviço público, que a Câmara Municipal sempre reconheceu.

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

e) As câmaras municipais têm entre as respetivas competências materiais, nomeadamente a de deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras, conforme alínea o), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere como segue:

1.º) Autorizar a concessão de novo apoio financeiro às associações requerentes no montante até € 50.000,00 (cinquenta mil euros) a processar em noventa e uma prestações mensais.

2.º) Aprovar a minuta do protocolo de cooperação anexo à presente proposta, dela fazendo parte integrante, a celebrar com as referidas associações após autorização da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, para a realização dos encargos plurianuais inerentes à despesa em causa, mediante aprovação de revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor, por alteração nomeadamente do projeto com o código 2/251/2016/12 relativo ao referido apoio às associações.”

----- DELIBERAÇÃO: Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente de concessão de apoio financeiro, e aprovar a minuta do protocolo de cooperação anexo à proposta, a celebrar após autorização da Assembleia Municipal para a assunção dos encargos plurianuais inerentes. -----

----- h) Nomeação da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa para as Contas do Município de Vila Nova de Paiva para os anos de 2016 e 2017 no âmbito do disposto nos artigos 76.º e 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 7 de abril de 2016.-----

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-B/2013, de 1 de novembro, e 50-C/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 83-

C/2013, de 31 de dezembro, 75-A/2014, de 30 de setembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, e 69/2015, de 16 de julho, foi aprovado o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI).

2. De harmonia com o n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI, os documentos de prestação de contas são remetidos à assembleia municipal para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas (ROC) ou sociedade de revisores oficiais de contas (SROC), nos termos previstos no art.º 77.º da mesma lei.

3. Estabelece o n.º 1 do art.º 77.º do RFALEI, que o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

4. Compete ao auditor externo, que procede anualmente à revisão legal das contas, de acordo com o n.º 2 do mesmo art.º 77.º do RFALEI:

i) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

ii) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos (PPI) do município;

iii) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;

iv) Remeter semestralmente à câmara municipal e à assembleia municipal informação sobre a respetiva situação económica e financeira;

v) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

5. Compete, ainda, ao auditor externo, de harmonia com o n.º 4 do mesmo art.º 77.º do RFALEI, pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

6. A contratação da prestação de serviços de um ROC ou SROC para efeitos de certificação legal de contas nos termos dos artigos 76.º e 77.º do RFALEI, rege-se pelas disposições do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, e demais alterações que lhe foram introduzidas, conjugadas com as disposições dos artigos 53.º e seguintes do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto.

7. A prestação de serviços de auditoria externa para os exercícios de 2014 e 2015, no âmbito dos artigos 76.º e 77.º do RFALEI, foi adjudicada à firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, pessoa coletiva registada sob o número 502 525 410, como sede em Bragança, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, mediante procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do art.º 16.º e alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP, na redação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, pelo preço contratual anual de € 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros), a que acrescem € 1.242,00 (mil duzentos e quarenta e dois euros) correspondente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa de 23%, o que totaliza a importância de € 6.642,00 (seis mil, seiscentos e quarenta e dois euros), processado, em regra, em doze prestações mensais iguais e sucessivas no valor, incluído o IVA, de € 553,50 (quinhentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos).

8. Nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do RFALEI, sob propostas da Câmara Municipal aprovadas nas reuniões ordinárias de, respetivamente, 21 de novembro de 2014 e 17 de abril de 2015, aquela SROC foi nomeada pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva como Auditora Externa das Contas do Município para os anos de 2014 e 2015 nas sessões ordinárias de 19 de dezembro de 2014 e 30 de abril de 2015, respetivamente, tendo sido celebrados, para o exercício de 2014, o Contrato Administrativo n.º 1/2015, em 12 de janeiro de 2015, e para o exercício de 2015, o Contrato Administrativo n.º 11/2015, de 21 de outubro de 2015.

9. Nada tendo a opor à prestação da referida SROC no âmbito das atividades de auditoria externa desenvolvidas no Município, importa decidir da sua manutenção como Auditora Externa das Contas do Município até ao final do corrente mandato autárquico, pelo mesmo preço contratual conforme já manifestado pela SROC.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar a presente proposta de nomeação da firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa das Contas do Município no âmbito dos artigos 76.º e 77.º da mesma lei, para os exercícios de 2016 e 2017, a contratualizar nos mesmos termos que anteriormente,

a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo do n.º 1 do art.º 77.º do RFALEI, na sessão ordinária a realizar no corrente mês de abril.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara de nomeação do auditor externo para as contas do Município dos exercícios de 2016 e 2017, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos legais. -----

----- **i) Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de aprovação da 4.^a Alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva publicada pelo Aviso n.º 13.159/2014 na 2.^a Série do Diário da República n.º 229, de 26 de novembro de 2014** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 8 de abril de 2016.-----

----- Foi presente à reunião a proposta em epígrafe, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. O Regulamento do Plano Diretor Municipal (doravante PDM) de Vila Nova de Paiva foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15 de março, e posteriormente alterado e republicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 15 de janeiro, e alterado, por adaptação, pelos Avisos n.ºs 276/2009, publicado na 2.^a série do Diário da República n.º 3, de 6 de janeiro de 2009, e 11.595/2011, publicado na 2.^a Série do Diário da República n.º 101, de 25 de maio de 2011.

2. Através do Aviso n.º 13.159/2014 publicado na 2.^a Série do Diário da República n.º 229, de 26 de novembro de 2014, foi introduzida uma quarta alteração ao PDM, aprovada em definitivo por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sessão ordinária realizada no dia 28 de abril de 2014, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião extraordinária realizada no dia 15 de abril de 2014, ao abrigo do n.º 1 do artigo 79.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (doravante RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro.

3. Pretendeu-se com aquela quarta alteração proceder a uma pequena alteração ao PDM em vigor, sem qualquer implicação no respetivo Regulamento, alterando o limite da área assinalada na Planta de Ordenamento do PDM como Espaço Industrial (ZI), sita no lugar do Sangrinho, na Freguesia de Vila Cova à Coelheira, ampliando em 6,6% a respetiva área, passando da área de 14,27 hectares para 15,28 hectares, permitindo assim no mais curto espaço de tempo a instalação de

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

pequenas unidades de produção e ou transformação, não poluidoras, por isso com impacto ambiental diminuto, quer pela sua dimensão, quer pela natureza (por exemplo, serralharias, carpintarias, armazéns de produtos agrícolas, para a construção e ou outros de natureza similar), incentivando a sua deslocalização do interior dos aglomerados urbanos e fomentando o investimento e a criação de emprego, favorecendo ainda a fixação de população na área do Município.

4. Após a publicação da referida alteração pelo Aviso n.º 13.159/2014, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (doravante CCDRC), de Coimbra, através de comunicação por telefax de 10 de dezembro de 2014 (DOTCN 1660/14 – Proc. PDM-VI.22.00/1-14), vem reclamar que, analisados os processos existentes naqueles serviços, se constatava que aquela alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva não terá seguido todos os trâmites previstos no RJIGT, em particular, por remissão do n.º 2 do art.º 96.º, o disposto no n.º 3 do art.º 75.º-C (realização de uma conferência de serviços com todas as entidades representativas dos interesses a ponderar), no art.º 76.º (concertação), nos n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º (Discussão pública) e no art.º 78.º (emissão de eventual parecer final pela CCDRC, no prazo de 10 dias, improrrogáveis, como previsto no n.º 1 deste artigo).

5. Por comunicação remetida em 30 de dezembro de 2014 àquela CCDRC por n/ofício n.º 2.203/DAF/14, foram justificados os procedimentos efetuados pelo Município e remetido um exemplar da versão final aprovada da quarta alteração do PDM para efeitos de eventual emissão de parecer final por aquela CCDRC, como previsto no n.º 1 do art.º 78.º do RJIGT, na expectativa de que, decorrido o prazo para o efeitos de emissão de parecer ou caso a CCDRC nada tivesse a opor à alteração do PDM, desta forma ficasse convalidado o ato, visto que por força do n.º 2 do mesmo artigo 78.º, tal parecer, quando emitido, não possui carácter vinculativo, incidindo apenas sobre a conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes e a compatibilidade ou conformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes

6. Em 22 de janeiro de 2015 foi recebido nesta Câmara Municipal o ofício DOTCN 37/15, de 19 de janeiro, da CCDRC, de resposta ao n/ ofício n.º 2.203/DAF/14, no qual aquela CCDRC dá conta de que em reunião havida em 16 de dezembro de 2014 já haviam manifestado não existirem condições para a emissão do parecer solicitado, por entenderem não terem sido realizados determinados procedimentos legais obrigatórios que devem anteceder a emissão do parecer final da CCDRC, designadamente a conferência de interessados com as entidades representativas dos interesses a ponderar, nos termos do n.º 3 do art.º 75.º-C do

RJIGT, e a discussão pública, nos termos previstos nos n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º do mesmo RJIGT, em particular a audição do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (pelo facto, nomeadamente, da ampliação da zona industrial afetar áreas do regime florestal sob tutela desta entidade, embora de dimensão reduzida, incluídas no Perímetro Florestal de Leomil e a desafetar para o efeito), da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e da Direção Regional de Economia do Centro (DREC), sendo que, por força da extinção das direções regionais de economia operada pelo n.º 1 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, as suas atribuições no domínio da indústria, comércio e serviços foram integradas no IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I P., assegurando esta entidade a presença regional e a prestação de proximidade dos respetivos serviços aos investidores e às empresas, bem como a discussão pública nos termos previstos nos n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º do mesmo RJIGT,

7. Naquele mesmo ofício a CCDRC conclui ainda ser necessário que o Município proceda à anulação da deliberação de aprovação da quarta alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva, e repondere as condições que subjazem à alteração pretendida e fundamente a sua necessidade, nomeadamente mediante uma reconfiguração da área do espaço industrial em causa, com vista à realização de uma conferência de interessados nos termos do disposto no art.º 75.º-C do RJIGT, o que foi reiterado recentemente em nova reunião havida recentemente nas instalações da CCDRC.

8. Nesta conformidade, conclui-se que o ato de aprovação da quarta alteração do PDM é um ato anulável nos termos do art.º 135.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) então em vigor aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, dado não terem sido adequadamente cumpridos os preceitos previstos nomeadamente no n.º 3 do art.º 75.º-C e n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º, ambos do RJIGT.

9. Refira-se que em 7 de abril de 2015 entrou em vigor o novo Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que revê e revoga o anterior CPA aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

10. Também em 13 de julho de 2015 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e revoga o anterior RJIGT aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, determinado o n.º 1 do seu art.º 90.º, por remissão do n.º 1 do art.º 119.º, que as alterações aos planos

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

municipais (onde se integram os planos diretores municipais) são aprovadas pela assembleia municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal.

11. O ato de aprovação da quarta alteração do PDM é um ato anulável nos termos do art.º 135.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) então em vigor à data do ato, a que sucedeu atualmente o n.º 1 do art.º 163.º do novo CPA, dado não terem sido adequadamente cumpridos os preceitos previstos nomeadamente no n.º 3 do art.º 75.º-C e n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º, ambos do anterior RJIGT.

12. O princípio tempus regit actum, acolhido no artigo 12.º do Código Civil, constitui a regra geral de aplicação das leis no tempo e significa que as normas jurídicas têm efeito apenas para o futuro, valendo no direito público e no privado; no direito administrativo, incluindo o direito do urbanismo, tal princípio significa que os atos administrativos se regem pelas normas em vigor no momento em que são praticados (in Parecer n.º 42/2010 da Procuradoria-Geral da República publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 100, de 23 de maio de 2012), e independentemente da natureza das situações a que se reportam e das circunstâncias que precederam a respetiva adoção.

13. Ora um ato administrativo anulável pode ser revogado nos termos do n.º 1 do art.º 165.º do CPA atualmente em vigor.

14. Ao abrigo do n.º 1 do art.º 171.º do novo CPA, a revogação da deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a versal final da quarta alteração ao PDM só irá produzir efeitos para o futuro.

15. Face ao exposto conclui-se que a aprovação da versão final quarta alteração do PDM por deliberação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva tomada na sessão ordinária de 28 de abril de 2014, é um ato anulável nos termos do n.º 1 do art.º 163.º do novo CPA, dado não terem sido adequadamente cumpridos os preceitos previstos nomeadamente no n.º 3 do art.º 75.º-C e n.ºs 3 a 9 do art.º 77.º, ambos do RJIGT, podendo tal ato ser revogado ao abrigo do n.º 1 do art.º 165.º do mesmo CPA, produzindo tal revogação apenas efeitos para o futuro ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 171.º ainda daquele CPA.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que delibere:

1.º) Considerar ser necessário reponderar as condições que estiveram subjacentes à aprovação da quarta alteração do PDM, e reconfigurar a área do espaço industrial visada, em conjugação com os serviços, organismos e entidades da

Administração Central envolvidas, a levar a efeito nos termos e ao abrigo das disposições do RJIGT aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

2.º) Em consequência, propor à Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo do n.º 1 do art.º 165.º do CPA em vigor, a revogação da sua deliberação tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 28 de abril de 2014, que aprovou a Quarta Alteração ao PDM de Vila Nova de Paiva, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação na reunião extraordinária de 15 de abril de 2014, e publicada pelo Aviso n.º 13.159/2014 na 2.ª Série do Diário da República n.º 229, de 26 de novembro de 2014, produzindo tal revogação apenas efeitos para o futuro ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 171.º do CPA.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações e esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, o Executivo deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal para os efeitos legais inerentes. -----

----- **j) Prestação de Contas e Relatório de Gestão do exercício de 2015.**-----

----- Foram presentes à reunião o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2015, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados, oportunamente entregues à Vereação. -----

----- Relativamente à Execução Orçamental do exercício de 2015, verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa anexo à Prestação de Contas que o montante total das Receitas Orçamentais, incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 647.132,52 (seiscentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), foi de € 7.873.476,18 (sete milhões, oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis euros e dezoito cêntimos), sendo o montante das Despesas Orçamentais realizadas no montante de € 7.446.507,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e sete euros), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 426.969,18 (quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e nove euros e dezoito cêntimos). -----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, verifica-se no mesmo Mapa que o montante das entradas de fundos (recebimentos), incluído o saldo da gerência anterior no montante de € 316.577,27 (trezentos e dezasseis mil, quinhentos e setenta e sete euros e vinte e sete cêntimos), se cifrou no montante de € 726.274,20 (setecentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e quatro euros e vinte cêntimos), constatando-se uma saída de fundos (pagamentos) no valor de € 459.757,54 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos),

Ata N.º	07/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 266.516,66 (duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e dezasseis euros e sessenta e seis cêntimos). -----

----- Conforme Relatório de Gestão constata-se que: -----

----- a) O Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI), visto que o saldo corrente (diferença entre a receita corrente e a despesa corrente) ascendeu ao valor de € 1.097.477,03, significativamente superior ao montante das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (€ 576.149,70). -----

----- b) A dívida total do Município reportada a 31 de dezembro de 2015, apurada nos termos definidos no n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI, ascendeu a € 4.669.150,93 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta euros e noventa e três cêntimos). -----

c) A dívida total, excluídos os empréstimos, ascende a € 458.418,14 (= € 4.669.150,93 – € 4.210.732,79), que é muito inferior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (€ 3.643.070,68), sendo assim respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b) do RFALEI; -----

d) A dívida total não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (€ 4.857.427,58), pelo que é respeitada a condicionante do art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI; -----

e) A dívida total é inferior ao limite da dívida definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI, limite esse apurado no montante de € 7.286.141,37 (sete milhões, duzentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta e um euros e trinta e sete cêntimos), pelo que, de acordo com a alínea b), do n.º 3, do mesmo artigo 52.º, o Município só pode aumentar aquele limite em 2016 no valor correspondente a 20 % da margem disponível no início do exercício. -----

----- Conforme Demonstração de Resultados constante da Prestação de Contas, o resultado líquido do exercício ascende a € 1.083.105,86 (um milhão, oitenta e três mil, cento e cinco euros e oitenta e seis cêntimos). -----

----- No Relatório de Gestão o Sr. Presidente da Câmara propõe, nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aqueles resultados líquidos sejam levados à conta 59 – Resultados Transitados, e seja constituído o reforço anual da conta 571 – “Reservas legais” no valor de € 54.155,29 (cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos), correspondente a 5% do

referido resultado líquido do exercício, não havendo necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 – “Património” ser já superior a vinte por cento do ativo líquido. -----

----- Os documentos de prestação de contas elencados encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após apresentação das Contas pelo Sr. Presidente e prestados os esclarecimentos solicitados, o Executivo, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, aprovar o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do exercício de 2015, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados, e o reforço anual de reservas legais, a submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária a realizar no corrente mês de abril. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, referiu que apesar se ter absterido não deixa de tomar em boa conta alguns dos indicadores apresentados no Relatório de Gestão, tais como: taxa de execução anual que ronda os 90%, a redução das dívidas a terceiros, entre outras, e enalteceu o trabalho realizado pelos trabalhadores envolvidos na elaboração daqueles documentos e o empenho do Chefe da DAF. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e vinte e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----
